

LITERATURA E LINGUÍSTICA: SIGNOS E PAISAGENS POR UMA CIÊNCIA ABERTA

Osmar Moreira dos Santos¹

Resumo: Trata-se de uma investigação sobre as contribuições do campo linguístico-literário para se ampliar e consolidar a noção de ciência aberta e suas práticas transdisciplinares, destacando o papel da crítica cultural, engendrada com os recursos epistemológicos do próprio campo, mas com a função de problematizar e anular a dicotomia estruturante entre estudos linguísticos e estudos literários, bem como, de mapear as viradas linguístico-literárias em outros domínios do conhecimento, e como resultados relevantes, entre eles, a criação de uma encruzilhada ou zona de fronteiras dos saberes a favor da emancipação de sujeitos e povos despejados de sua língua, cultura, territórios e do trabalho do si, contra saberes e poderes opressores e excluentes.

Palavras-chave: Língua; Literatura. Crítica cultural. Transdisciplinaridade. Ciência aberta. Socialismo.

Abstract: This is an investigation into the contributions of the linguistic-literary field to expanding and consolidating the notion of open science and its trans-disciplinary practices, highlighting the role of cultural criticism, engendered with the epistemological resources of the field itself, but with the function of problematizing and annulling the structuring dichotomy between linguistic studies and literary studies, as well as mapping the linguistic-literary shifts in other domains of knowledge, and as relevant results, among them, the creation of a crossroads or border zone of knowledge in favor of the emancipation of subjects and peoples evicted from their language, culture, territories and the work of the self, against oppressive and excluding knowledge and powers.

Keywords: Language. Literature. Cultural criticism. Transdisciplinarity. Open Science. Socialism.

Epígrafe n.1

“Entidade que representa uma fase nova da disciplina em nosso meio. [...] Penso que a Associação Brasileira de Literatura Comparada, ABRALIC, encerra o período que começou pelas manifestações espontâneas, passou mais tarde à prática individualizada, antes de alcançar o reconhecimento institucional. [...] Mas faltava algo importante, e eu diria decisivo: a consciência profissional específica, que se adquire e fortalece sobretudo pelo intercâmbio, os periódicos especializados e a vida associativa, marcada por encontros, simpósios e congressos. Foi o que começou com a ABRALIC? Antonio Candido sobre a institucionalização da ABRALIC entre 1986 e seu I Congresso de 1988.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural do Departamento de Linguística, Literatura e Artes, do Campus II/UNEB – Alagoinhas, Bahia. Doutor em Letras pelo Instituto de Letras da UFBA. Email: osantos@uneb.br. CV: <http://lattes.cnpq.br/5981899045893057>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4505-5024>.

Epígrafe n.2

“Havia todo um encantamento em reconhecer-se linguista, nem gramático, nem filólogo. Mas era de esperar-se que essa improvisação cedesse lugar a um planejamento mais seguro, que, entretanto, não veio. Exemplo desses tempos é o que tenho chamado de “movimento agarre seu francês”, ou “agarre o seu americano”. [...] A coisa funcionava assim: escolhe-se um linguista estrangeiro, de preferência mal conhecido no Brasil, mesmo que ele atue num campo sem interesse para o exame da realidade linguística brasileira. Seus textos são traduzidos e publicados. O brasileiro bem sucedido nessa caçada assume-se como uma espécie de despachante tropical do especialista estrangeiro (p. 26). [...] Precisamos ler e avaliar criticamente o que tem sido feito no país, e a partir daí, buscar as generalizações de que uma ciência é feita. Ainda mais agora, em que dispomos de descrições de várias línguas indígenas brasileiras. Afeitos a reflexões sobre línguas indo-europeias, já pensou o que é teorizarmos com base em línguas não indo-europeias, como as línguas nativas do Brasil? Não é, porém, o que se vê na moderna Linguística brasileira (p. 27). CASTILHO, Ataliba T de. Primeiros momentos da Associação brasileira de Linguística ou Prolegômenos para uma introdução prefaciatória, *In*: 50 anos de ABRALIN: memórias e perspectivas, 2019.

Preocupada com a degradação das condições de vida planetária, em termos socioambientais, econômicos, culturais, educacionais e suas implicações relativas às desigualdades entre povos e nações e a atual proliferação da miséria material e simbólica, a 41ª sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO) entre os dias 9 e 24/ 11/ 2021, recomenda a todos os seus estados membros, isto é, a todos os países signatários da ONU, a constituírem esforços em comum para se fazerem de seus aparatos científicos uma multiplicidade interdisciplinar para a produção, divulgação e internacionalização no âmbito de uma ciência aberta.

Essa ciência aberta, nos termos em que se coloca, implica a exploração de problemáticas que não apenas apontem caminhos e possibilidades para a solução dessa vida social degradada, e levada ao limite do insuportável, mas, que tais caminhos e possibilidades sejam construídos com a participação efetiva dos sujeitos marcados por essa vida degradada, seja na forma de “objetos” de estudos, seja comprometendo e engajando equipamentos e estruturas científicas em mediações junto/com esses sujeitos por outras e novas formas organizativas, bem como, comprometendo e engajando equipamentos e estruturas científicas como instâncias de interpelação ao poder do Estado e do capital totalitário, cada vez mais usurpadores da riqueza pública.

Trata-se então de saber, agora de um ponto de vista linguístico-literário no Brasil, o que é, como, por que, e para que, uma ciência aberta, e se ela tem tido condições de descrever e articular uma imagem precisa do ser colonizado por essa modernidade ocidental e suas ordens de despejo (SANTOS, 2016; SANTIAGO, 2004).

Nesse sentido, nossa definição de ciência aberta, ainda que provisória, é: trabalhar com as comunidades despejadas de sua língua, cultura, território e de seus processos de construção e afirmação de si, nessas teias do saber e poder reacionários e sua série de crimes epistêmicos, histórico, filosófico e estético e, em contraponto, promover, coletivamente, roteiros de emancipação e de reparação. Internacionalizar, assim, envolve necessariamente uma prática permanente da denúncia organizada e da construção de agenciamentos de universalidades em diferença (SANTIAGO, 2004; DERRIDA, 2001; DELEUZE, 1988).

Signos de um crime epistemológico n. 1:

A Companhia de Jesus, como empresa religiosa do aparato mercantilista europeu, entre os séculos XVI ao XVIII, forma e comanda os seus jesuítas a entrarem nas tribos, aprenderem a língua de povos originários, organizarem uma gramática e retornarem à tribo na forma do teatro de catequese (ANCHIETA, 1973; SANTIAGO, 2004) e a forjarem, na própria língua indígena, o corte da relação entre palavras e coisas indígenas (o céu já não é o mesmo céu; o deus tupã já não é o mesmo deus; e de quebra o inferno, o pecado e a salvação, noções absolutamente desconhecidas daqueles povos), além disso, forjarem à obediência a esses homens brancos, então feito imagem e semelhança de deus, portadores da boa nova, isto é, a lógica de exclusão de qualquer outra forma de racionalidade, assim, restando inescapável àqueles povos “sem fé, nem lei, nem rei”, abandonarem a sua cultura, se matarem entre si a favor das lutas de ocupação de seus próprios territórios por esses colonizadores ou simplesmente serem dizimados ou, no melhor das hipóteses, escravizados em antigos campos de concentração (AGAMBEN, 2004; 2008; 2011a).

Se a língua, nessa cena de barbárie, é o que ainda resta, o que a linguística e a literatura desenvolvidas no Brasil, têm problematizado a esse respeito? Como organizar e tornar disponível às comunidades despejadas um acervo que permita organizar uma nova pedagogia que explique o projeto semiológico jesuítico em relação a esse descolamento da palavra e a coisa, ou a série de significantes à série de significados (DELEUZE, 1988); bem como em relação à invasão arbitrária ou duplicação e dismantelamento de uma semiose por outra (SAUSSURE, 1879; 2012; BARTHES, 1980); além, claro, do gesto insidioso mais perverso: empastelar o materialismo do valor linguístico, sempre em movimento, através da falácia do verbo que se fez carne, desde então sustentada por uma metafísica fascista (SLOTERDIJK, 2000).

Em contraponto e como formas de reparação, tomo aqui os dois primeiros exemplos engendrados a partir de nossa área. Na dissertação de mestrado intitulada *Kariri-Xocó: arquivos e práticas por uma cultura bilíngue*, defendida em 2020 por Elizabete Costa Suzart no Programa de Crítica Cultural (Pós-Crítica), a mestrande e os mestres da tradição na aldeia, dispunham de um imenso acervo vocabular oriundo de línguas indígenas coletadas tanto da tradição oral como de registros de jesuítas do período colonial, mas ainda, entre nós do programa, sem instrumentos etnolinguísticos, no início da pesquisa, para o trabalho fonético-fonológico, até aparecerem os resultados de duas pesquisas cruciais: “Introdução ao Munduruku: fonética, fonologia e ortografia”, de 2005, publicado em *Cadernos de Etnolinguística* da Universidade Federal do Pará (UFPA) por Gessiane Picanço, sobre a recuperação de uma língua, cuja última falante e colaboradora da pesquisa, uma senhora de mais de 90 anos, havia falecido durante o processo, mas que a pesquisadora em pauta resolve levar adiante os resultados parciais na composição de materiais didáticos visando aos jovens da aldeia e seu movimento bilíngue; igualmente importante para a pesquisa de Suzart, foi a tese de doutorado *Um estudo gramatical da Língua Dzubukua, Família Kariri* (UFPB, 2012, PROLING) em que o doutorando, tendo em mãos um catecismo jesuítico do século XVII, mobiliza um arsenal teórico da linguística pura e avançada contemporânea, para se realizar uma arqueologia e reconfiguração da estrutura e cadeia fonético-fono-

lógica. A partir do estudo rigoroso dessas duas pesquisas, foi possível a Suzart, não só chegar à dissertação, em 2020, mas, atualmente a desenvolver uma tese, junto à comunidade Kariri-Xocó, apoiada por uma rede de pesquisadores sobre bilinguismo indígena no Brasil.

Quanto ao trabalho de reparação no campo literário, os escritores e artistas indígenas contemporâneos reconhecem no modernismo e suas rasuras propostas e praticadas por Mário e Oswald, de Andrade, bem como na antropologia e na teologia da libertação, lugares epistemológicos decisivos, para o estabelecimento de um ponto de conexão entre a interpretação cultural promovida no interior do sistema intelectual brasileiro e a sabedoria popular dos povos originários (CLASTRES, 1988; CASTRO, 2002), esta sempre relegada ao último plano por boa parte dos integrantes desse mesmo sistema intelectual.

Ainda que de forma breve, estamos demonstrando, até aqui, que tanto a linguística, articulada a uma semiologia avançada, quanto à literatura, articulada a uma teoria da desconstrução e da diferença, esvazia a retórica dos evangelhos que vinculava a Companhia de Jesus à lógica da modernidade europeia, e promove uma espécie de “disangelho” (SLOTERDIJK, 2004; 2002b), ou queima de ilusões, a partir de um trabalho científico diferencial voltado à construção e à afirmação de uma multiplicidade de saberes articulada aos modos de vida, onde quer que eles rebentem e se organizem.

Signos de um crime epistemológico n. 2:

Um outro trabalho científico de denúncia e intervenção contra a barbárie perpetrada pela modernidade ocidental, agora num outro ponto do planeta e envolvendo a Ásia, mas com foco na China, é a tese de doutorado de Rogério Fernandes de Macedo, intitulada *Sinologia Comparada: as bases da sinologia ocidental e a construção da sinologia chinesa com Wang Li*, defendida em 2021 no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, área de Ciências Sociais, da Unicamp.

Bacharel em Letras, pelo IEL, Macedo mobiliza o arsenal da filologia, história da linguística, linguística histórica, além de profundo conhecimento de língua chinesa para, em sociologia, oferecer-nos um mapa epistemológico bem preciso, o suficiente para podermos estabelecer outros pontos de distanciamento em relação ao Ocidente e sua vontade de verdade, a saber, depois da rapina e sequestro de nossas riquezas na América, do estabelecimento da máquina de escravização de pessoas, em especial no Brasil, não é que essa mesma retórica jesuítica, entre o século XVII e XVIII, procurou também colonizar a China?

E procurando usar os mesmos recursos, avaliar e enquadrar o outro, o desconhecido, pelo crivo dos evangelhos, em especial o Velho Testamento; aprender a língua do outro para demolir seus valores morais, cosmológicos, linguísticos, culturais e impor sua lógica de dominação.

Acontece que os chineses já dispunham de um sistema de escrita anterior a esses europeus, com obras do quilate de *I Ching: O Clássico das Mutações*, não apenas irreduzível às adaptações e acomodações escolásticas desses jesuítas, mas também era portador de uma espécie de lógica do assombro, sobretudo por sua filosofia natural em hexagramas.

Antes de serem definitivamente expulsos da China, no século XVIII, os jesuítas e todo o sistema de poder que lhe dava sustentação promoveram estudos relevantes, na China e na Europa, tanto para que fosse instituída uma sinologia com pressupostos europeus, quanto para que esses europeus, a partir do século XIX, não apenas destituíssem a filosofia chinesa do rol das filosofias, mas empreendessem o século das humilhações, que vão da década de 1840 à revolução socialista chinesa, em 1949, quanto todos foram expulsos e com toda sua expropriação das riquezas, agora expropriada pelos chineses revolucionários (DUMONT, 2015; MÉSZÁROS, 2003).

Um outro ponto de distanciamento relevante, identificável na tese de Macedo é que através do trabalho do filólogo e linguista chinês, Wang Li, não só foi possível realizar o estabelecimento de outras fontes, do século II A.C ao século II D.C, para se construir as bases da sinologia do ponto de vista dos chineses e com os seus próprios recursos epistemológicos emergentes nesse

período, mas reconhecer na linguística, tal como a conhecemos, a partir dos estudos de Saussure (FIORIN, 2013) e seus fundamentos, um roteiro semiológico de longo alcance.

A tonalidade em língua chinesa não se inscreve, evidentemente, nos estudos saussurianos de línguas indo-europeias, mas seu projeto semiológico, isto é, a incontornável relação entre significado e significante, a arbitrariedade do signo e o valor, este sempre negativo, no movimento do som e sua materialidade fonológica, esse projeto, assim como, o do “quinto evangelho” de Nietzsche, a partir de *Assim Falou Zaratustra*, destituem o velho continente de sua vontade de verdade, enunciada como revelação divina e boa nova, agora desmascaradas como signos arbitrários, humanos, demasiadamente humanos e evitados de ressentimento e espírito de vingança, para, agora de forma generosa, oferecer aos falantes de qualquer língua, a possibilidade de afirmação da clareira do seu ser (SLOTERDIJK, 2008), como uma poética da existência (SLOTERDIJK, 2004) e única via de entrar na história (AGAMBEN, 2011; FREIRE, 1987).

Signos de um crime epistemológico n. 3:

Uma hipótese de trabalho científico plausível para uma ciência aberta, contrapondo filosofia natural, concernente aos povos originários, *versus* o fundamentalismo religioso que sempre estrangulou o Brasil, bem que poderia nos fazer vislumbrar outras paisagens, a saber, o perspectivismo de Viveiros de Castro (2002), com a noção de pragmática dos signos, torna visível, entre os povos indígenas da Bacia Amazônica, uma inversão completa da noção de humanismo proposta e praticada pelos europeus.

Entre esses indígenas, por sua pragmática dos signos, animais e coisas são humanizáveis e têm interpretação cultural precisa entre, e envolvendo, todos os membros de tribos e nações; já entre os ocidentais, entre os quais não temos como nos excluir, não precisamos repetir que apenas os eleitos são considerados homens “de bem”, o resto da humanidade são coisas, em disputa dos restos.

Essa mesma noção de filosofia natural poderia ser articulada aos povos africanos, em sua pragmática diaspórica, na medida em que povos com sistemas de escrita ou com suas civilizações fundadas num sistema oral, para o Ocidente, assim como eles consideraram os chineses, não importa se com sistema de escrita ou oral, são sistemas inferiores, desprezíveis, a serem permanente apagados, proibidos, interditados por todo tipo de violência: da simbólica à necropolítica.

Nessa linha de raciocínio, entre o perspectivismo indígena e o diaspórico africano, também devemos incluir no escopo de uma filosofia natural, o saber popular, o senso comum, o modo de produção simbólica de milhões de brasileiros analfabetos, semi-analfabetos, destituídos de qualquer acesso a bens culturais como um direito e um dever do Estado e suas políticas públicas (SANTOS, 2020).

A noção de filosofia natural, então, implica não apenas um esvaziamento completo da noção de fundamentalismo religioso imposto e praticado pelo europeu, ao longo de mais de quatro séculos, mas também imposto e praticado pela chamada nova ordem mundial e seu neoliberalismo totalitário, que tem por base esse mesmo fundamentalismo.

Se todo e qualquer falante, portador de sua filosofia natural de bolso, pode dispor de uma língua para afirmar sua existência, por precária que seja, e se colocar na história como um sujeito de direitos, então é nossa noção de “ciência aberta” que precisa mudar o seu foco. O que fazer?

Signos de um crime epistemológico n. 4:

“A universidade está morta; lá não existe mais pensamento. Estamos aqui com vocês (em rodas de conversas com associações de moradores, artistas populares, religiosos de todos matizes, professores da rede básica, sindicatos rurais, representantes de movimentos de sem terra, quilombolas, indígenas, entre outros) para pensarmos o que fazer nos próximos 10 dias (13 a 23 de setembro de 2006) e, juntos, ocuparmos a universidade, como equipamento popular, financiada por vocês que trabalham e produzem as riquezas materiais

existentes”. Mais ou menos com essa introdução, ao longo de 10 dias e por 10 cidades do entorno de Alagoinhas-Bahia, construímos o I Fórum de Cultura Microrregional, intitulado *Criatividade Popular e Transformação Social*, que se realizou no período de 14 a 17/12/2006, então com 208 propostas feitas pelos comitês de mobilização popular, criado em cada cidade, depois dessas rodas de conversa. O professor Sírio Possenti (IEL/Unicamp) fez abertura do evento com a palestra *A falsa oposição entre fala e escrita*.

Entre 2002 e 2008, animado pelo Grupo de Pesquisa Língua(gem) e Crítica Cultural e seu Núcleo de Estudos da Subalternidade, realizamos três frentes de trabalho acadêmico e popular, uma frente, dedicada a fazer avançar o desenvolvimento da Iniciação Científica, em Letras, em Alagoinhas; outra, a reunir professores dos mais de 10 cursos de Letras da UNEB, em capacitação e fazendo doutorado em vários programas do Brasil, visando a criação de um programa *stricto sensu*; a terceira, a incluir em nosso trabalho acadêmico, a comunidade popular do entorno, a exemplo do fórum acima mencionado. Assim, nasceu o Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, com aula inaugural em 19/ 8/ 2009, intitulada *A imagem da cultura em Michel Foucault e E. P. Thompson*, pela filósofa e historiadora Margareth Rago, também da Unicamp.

Ao longo desses 13 anos (2009-2022), e através desse trabalho para e com a comunidade popular e acadêmica, agora com escopo muito mais amplo, em nível regional, nacional e internacional, além de um Curso de doutorado, nas últimas duas avaliações quadrienais da Capes, obtivemos, respectivamente, notas 4 e 5. Com Ficha de Avaliação, em que nossos pares reconhecem não apenas a nossa produção orgânica, qualificada em altos extratos, formação de alto nível e com forte nucleação, mas com destaque também para o impacto social da crítica cultural na comunidade acadêmica e popular.

Devemos reiterar, portanto, que uma das estratégias teórico-metodológicas de planejamento do programa, na linha de um historiador como Carlo Ginzburg (1989) por exemplo, é a de em cada projeto de pesquisa, docente e discente, identificarmos em nossas problemáticas as pegadas de um crime, envolvendo esses “homens de bem”, antes, no período colonial, os donos de terras e de gentes; hoje, as rapinas e usurpadores da riqueza pública,

além de proprietários de instrumentos – os algoritmos, entre alguns deles – para além de falsificar a realidade, comprometer, e quase fazer colapsar o nosso trabalho hermenêutico de investigação dessa mesma realidade.

Signos de um crime epistemológico n. 5:

O principal arranjo teórico-metodológico que promoveu a transição de um programa nota 3, até 2016, para um programa nota 4, a partir de 2017, além da implantação de um curso de doutorado em fevereiro de 2020, foi além da clareza em relação ao objeto de pesquisa do programa, a saber, língua, literatura e suas relações intersemióticas, sob o crivo de metateorias e teorias múltiplas, foi também o fato de instalarmos um platô de produção entre os estudos linguísticos e os estudos literários, para problematizarmos, permanentemente, a tentação e a compulsão às ilhas identitárias, e nos voltarmos mais para um trabalho científico programático, em que as identidades sejam nômade (DELEUZE, 1988; RANCIÈRE, 1996; MARX, 2011) e apenas estratégicas. Isso tem facilitado o nosso trabalho envolvendo uma ciência aberta, tal como vimos descrevendo até aqui.

Numa das disciplinas obrigatórias e de 60 horas, ministrada por um professor de literatura e outro de linguística aplicada, intitulada *Seminários Avançados I*, com a ementa “estudos das repercussões da teoria do signo saussuriano e a virada linguístico-literárias nas ciências humanas”, procuramos além de explorar as formações discursivas acerca do estabelecimento da língua, como objeto da linguística, nas investigações de Ferdinand de Saussure, também mapear as repercussões dessa descoberta no campo linguístico e literário, bem como, como a ementa propõe, estudar e pesquisar o impacto dessas repercussões nas ciências humanas.

Como em geral 60% do corpo discente do doutorado são oriundos de várias áreas, inclusive de matemática e de biologia, é muito fecundo observar como cada um desses estudantes se esforça, a partir das formações e repertórios de que dispõe e em processo de aquisição, para dar conta do projeto semiológico saussuriano e aprofundar estudos sobre essas repercussões

que, para além de nosso campo e o das ciências humanas, atingem também as chamadas ciências duras.

Assim, números e formas geométricas não são mais expressões de uma decifração, última e acabada, mas apenas representações, enunciações, discursos, outras formas não-lingüísticas de signos e, ainda com maior riqueza de detalhes, com a participação de professores de matemática em bancas de Qualificação, mobilizando Borges, Ítalo Calvino, Lewis Carol, além de linguistas consagrados como Roman Jakobson, Louis Hjelmslev, entre outros, autores esses que têm contribuído na definição de linguagem e no cerne do desenvolvimento de uma matemática multicultural, decolonial, e assim por diante.

Tem sido decisivo constatar nesse processo de investigação em nível de doutorado, e a partir dos estudos nesses Seminários, não apenas o esforço de Saussure para selecionar apenas a língua, como uma região da linguagem, para se chegar a um sistema e à construção do objeto da linguística, e nesse processo, quanto combate aos falsos problemas até então formulados e envolvendo todos os domínios não apenas da nossa área, mas da sociologia, psicologia, filosofia, lógica. E depois desse sistema demonstrado em o Curso de Linguística Geral, a emergência de dezenas de outros domínios na Linguística e, o mais importante, nesse movimento aqui para se pensar uma ciência aberta: as viradas lingüístico-literárias em ciências humanas e as extraordinárias consequências disso, entre elas, a renovação dos métodos, a exploração de novas problemáticas, as descrições mais precisas e contundentes dos simulacros promovidos tanto pelo fascismo quanto pelo stalinismo (DEUTSCHER, 2006) e, claro, o rebatimento dessas viradas lingüístico-literárias nas ciências humanas, como fator de provocação e emergência de uma virada cultural em muitos domínios do campo lingüístico-literário. Ou seja, graças à crítica cultural como um platô entre os estudos lingüísticos e literários (SANTOS, 2019) podemos visibilizar uma zona de fronteiras, uma encruzilhada de saberes, onde as identidades disciplinares não possuem essência, mas apenas contingências e formas organizativas estratégicas.

E por que isso é importante? Para evitar a lógica do enquadramento da metafísica ocidental que sempre se repete, a mesma, apenas mudando as

formas: na escolástica era de um jeito; com o iluminismo, outro; no pós-modernismo de propaganda, outro; tudo isso de modo a inviabilizar uma verdadeira ciência aberta comprometida com o agenciamento coletivo de todos os despejados de sua língua, cultura, territórios e afirmação de seus modos de vida como uma estética da existência ou da vida como obra de arte (TROTSKI, 2007).

Signos de um crime epistemológico n. 6:

A oferta da Turma Multicampi de Doutorado em Crítica Cultural no Campus Avançado de Canudos é além de expansão da nucleação do programa *stricto sensu*, homônimo, lotado no Departamento de Linguística, Literatura e Artes, UNEB/Alagoinhas, também um lugar epistemológico, estratégico, para, entre outras ações, extrair do “Belo Monte” e suas ruínas, rastros, traços, submersos no Açude de Cocorobó ou soterrados e/ou organizados em sítios arqueológicos do Parque Estadual de Canudos, outros signos para a constituição e prática de uma ciência aberta, em condições de prospectar e continuar organizando roteiros para a revolução socialista brasileira, que nunca houve mas não cessa de ser sonhada, organizada a milhões de mãos.

Assim, o que seria o “homem”, a “mulher” e “as crianças”, livres e emancipadas sob os signos do Belo Monte, espaiando a revolução socialista brasileira, signos esses organizados por uma ciência aberta e disseminada entre os (as) brasileiros(as)? E não teríamos como estabelecer as condições para esse trabalho arqueológico, senão desfazendo um falso problema em relação a estudos e pesquisas dominantes sobre o contexto do massacre de Canudos/Belo Monte: desse modo, nem a série de fatos, conjunturas e discursos que configurariam a “república da miséria”, nem a série de fatos, conjunturas e discursos que configurariam o “retorno à monarquia”, mas, de forma emergente e urgente, uma série de fendas, discursos contraditórios e práticas de um trabalho comunitário e emancipatório, melhor, de um socialismo periférico cortante na veia do sistema escravista brasileiro, ainda que não houvesse na sociedade brasileira, desse tempo *communard*, uma língua que desse forma a esse fenômeno e seus abalos sísmicos.

Se a promessa “religiosa” do Belo Monte, entre os anos de 1893 a 1897, ecoava e arrastava remanescentes do sistema escravocrata brasileiro, fragilmente demolido em maio de 1888, além de arrastar também legiões de sertanejos despejados de todo o Brasil, convém aqui decidir que não importa se a “palavra de ordem” destoasse, por exemplo, da “proletários do mundo, uni-vos”, em movimento desde 1848 nas metrópoles ocidentais, com o lançamento do manifesto comunista por Karl Marx e Engels, nem das da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores (1864), nem das palavras de ordem dos internacionalistas da Comuna de Paris (1871), nem da Segunda Internacional Operária e Socialista (1889), pois, em termos práticos, esses coletivos de sertanejos, de ex-escravizados envolvidos na construção do “Belo Monte” e seu trabalho comunitário, cooperativo, sem pagamento de impostos, com distribuição de produção e compartilhamento dos seus modos de produção, além de esvaziarem a promessa vazia do discurso religioso oficial, na tradução do seu líder Antônio Conselheiro, conectavam-se de modo transversal tanto com o imperativo socialista que vinha tomando forma, em toda segunda metade do século XIX, quanto com as memórias de lutas abolicionistas, republicanas, além de revoltas populares já centenárias no Brasil, a exemplo dos efeitos simbólicos da Revolta dos Malês, de 1935 em Salvador, considerado o maior levante de escravizados do Brasil.

O falso problema entorno do imperativo “afirmação da República” versus “retorno da monarquia” estabelecido, estimulado em todos os domínios do sistema intelectual e cultural do Brasil, ainda dominante nas interpretações do “Belo Monte” até nossos dias, parece travar a interpretação dessa cena da luta dos trabalhadores no/do Brasil numa clave ou conexão internacionalista.

O desfazimento ou problematização desse falso problema, “afirmação da República” versus “retorno da Monarquia”, coloca, então, sob suspeita todo o discurso religioso, historiográfico, jurídico, jornalístico, militar, economicista que atravessa o sistema intelectual brasileiro e, ao mesmo tempo, sob o crivo linguístico-literário como ciência periférica por excelência, duplica as cenas, dramatizando e nos permitindo tomar certas distâncias possíveis, a saber, e se o materialismo dialético no Brasil, naquele momento, só fosse possível através da anu-

lação dos significados transcendentais do discurso religioso; e se a organização e tomada de consciência da massa de despejados (trabalhadores escravizados) no Brasil, naquele momento, em vez de “objetivamente” se ver como objeto do sistema de exploração capitalista no local de trabalho, lessem em seus próprios corpos as marcas do chicote e do açoite e tivessem no trabalho comunitário, pela primeira vez, o fulgor da aurora e as paisagens de dezenas de milhares de outros “belos montes” por todo país; e se em vez dos senhores de terras e gentes, com a abolição da escravatura e a implementação tardia da república, assaltarem o Estado brasileiro como sua propriedade e importarem trabalhadores livres de todos os continentes – relegando à miséria toda a massa de despejados (e que havia, na condição de escravizados, produzido toda a riqueza material possível do país, até então) – fossem obrigados, com leis e normas do sistema republicano, a contratar com salário justo todos os seus ex-escravizados, agora, homens, mulheres e crianças com direitos de se organizarem como classe trabalhadora?

Essa estética do distanciamento (SOUZA, 2007), aberta a partir da suspensão estratégica do falso problema acima mencionado, era não somente possível aos “seguidores” de Antônio Conselheiro, agora aqui não mais como “fanáticos” acompanhando um “maluco, degenerado” e que “matou a própria mãe”, mas como encenação teatral, nômade e a céu aberto, cujas “palavras de ordem” eram extraídas, melhor, eram espremidas de textos bíblicos, na forma de rezas e ladainhas, isto é, como uma espécie de cartografia e crítica do Capital, de acesso a todos os oprimidos, e tendo, como resultados, a construção de açudes, aguadas, cemitérios, roças coletivas, áreas coletivas para criação de animais e aves para alimentação das famílias.

Além dessa encenação teatral, popular, como economia política para subalternizados, a estética do distanciamento, nesse caso, pode ser pensada, também, como uma pedagogia da subjetividade em que as marcas do açoite nos corpos e nos espíritos dos refugiados de Belo Monte podiam ser dramatizadas como os signos de uma nova língua que jogava o imaginário da miséria e da escravização delas próprias contra o real, falsificado, da promessa bíblica, entranhado a todo sistema religioso que apoiou o assalto das riquezas do país pelos senhores de terras e gentes.

Com essa pegada radical semiológica, as atividades socialistas e comunitárias de Belo Monte, não somente catalisam as lutas dos despejados da língua, da cultura, do território e do próprio ser, contra as técnicas de governo do Reino do Céu (AGAMBEN, 2011a; SLOTERDIJK, 2002b) nas Américas, mas constituem uma espécie de grau zero por onde podemos pensar e reinventar o Brasil, desmontando, assim, ponto por ponto de todo discurso de interpretação do Belo Monte fundado naquela falsa dicotomia.

E mais: uma ciência aberta, tendo por pressupostos um campo linguístico-literário operando entre a ciência burguesa e positivista e a ciência materialista e dialética, pode oferecer aos novos leitores e intérpretes dos signos do massacre de Canudos e de Belo Monte um arsenal semiológico de alta voltagem, senão vejamos.

As faianças ou fragmentos de porcelanas do século XVI que encontramos no Museu Arqueológico (CEEC, 2002) situado no Museu Antônio Conselheiro (MAC) do Campus Avançado de Canudos, bem como nos sítios do Parque Estadual de Canudos, se bem estabelecidas como lugar de leitura e de interpretação, poderiam implicar numa série de “textos fragmentados”, próprios de outro domínio interpretativo, a história da arte e ou das cerâmicas que, em diálogo com a crítica cultural, em linha marxista contemporânea (JAMESON, 1992) poderíamos demarcar não apenas um ato simbólico através dessa série-fragmentos-faianças, seu antagonismo de classe e uma ideologia da forma-fragmentos-faianças, mas, além disso, perguntar por uma oposição radical entre a cerâmica produto da indústria mercantilista europeia versus as cerâmicas com barro cru, milenar das Américas. E, uma vez estabelecida essa oposição, perguntar pelos sujeitos, artistas da periferia que, desde sempre, poderiam estar inseridos numa política pública cultural, como um bem simbólico, desde o advento da República, entre nós, e como forma de implementação de modos de produção e geração de riqueza e renda por todos os “belos montes” disseminados pelo país *communard* (SANTOS, 2020).

Por uma ciência aberta faca só lâmina

Numa das sessões plenárias da Abralic em Salvador, 2022, entre 11 a 15 de julho, intitulada “Literatura e espaços comuns de aprendizagem”, que tive o prazer de coordenar, reunimos um escritor, com relatos sobre ateliês de escrita para jovens; uma socióloga, com trabalho envolvendo saraus de periferia; uma educadora, problematizando o não-lugar da literatura na BNCC; outra educadora, em viés materialista, descrevendo estruturas, superestruturas de exploração e anulação de nosso trabalho educativo. Desta última, retenho um trecho de suas considerações finais “é preciso tomarmos consciência de que estamos numa guerra e para que nossas cabeças não sejam cortadas e penduradas na sala de aula, é preciso amolarmos nossas facas, e irmos para o embate, em todas as frentes possíveis”.

Nessa linha de alerta e chamado ao combate, por uma ciência aberta e com seus compromissos políticos, retenho também imagens da atuação da Abralic, em 2015-2017, na Universidade Federal Fluminense (UFF), com o tema Pesquisa linguística e compromisso político, seguida pela gestão na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), entre 2017-2019, perfazendo um período de 4 anos, com muita atividade política, não apenas no embate e disputa ideológica na escola, nas ruas, no parlamento, mas principalmente nas formas de organização dos espaços para que essas lutas fossem/sejam efetivamente organizadas e colocadas em movimento.

Dito isto, e sugerindo ao leitor, e a quem me lê agora, uma rememoração dos signos mencionados em tópicos anteriores, um trabalho programático envolvendo a nossa área para um compromisso político, como uma ciência aberta, deve agenciar algumas demandas urgentes e alguns desafios, a saber, do conjunto das demandas: a) ampliar os diálogos com esses despejados da língua, da cultura, da terra e de seu próprio ser, promovendo novos encontros e formas de mediação transversais; b) extrair desses novos encontros, outras e novas problemáticas e construir uma política coletiva curricular, dos livros didáticos, para a formação básica, aos currículos para os profissionais de Letras, não apenas em nossa área, mas envolvendo nossos colegas das ciências humanas e biológicas, exatas e assim por diante; c) mobilizar, coletivamente,

formas fixas, nômades, clandestinas, de gestão desse trabalho de popularização de nossa ciência aberta e libertária. Do conjunto dos desafios: a) superarmos o divisionismo e enquadramento disciplinar provocado pela ciência hegemônica, então base de apoio ao neoliberalismo totalitário; b) combinar o trabalho epistemológico e seus resultados com o trabalho organizativo de invenção, distribuição e popularização, num tempo acadêmico que ainda precisamos lutar para instituir; c) considerar que, recuperar o tempo e o espaço da criação, da resistência e do distanciamento crítico, em contraponto a uma metafísica fascista que tenta nos transformar a todos em farrapos, já é vislumbrar paisagens universais, em diferença, e praticar estéticas de emancipação (SCHWARZ, 2003) onde quer que haja seres humanos oprimidos e silenciados.

Em suma, cabe aqui evocar um outro Antônio, o Cândido, para quem o socialismo é um movimento triunfante no mundo (entrevista ao *Jornal Brasil de Fato*, em 8 de agosto de 2011) apesar dos percalços de sua representação e da falta de seu reconhecimento na vida cotidiana de cada um de nós; bem como indicar aos leitores um outro texto, *O Direito à literatura* (2011) em que, apesar do peso e das exigências da arte da palavra bem escrita, como condição às grandes conquistas literárias na elevação dos níveis da subjetivação humana, no limite, e em tempos de guerra cultural, o que nos resta, mesmo, é a língua, aqui como uma metáfora de todo e qualquer modo de representar, para que possamos testemunhar (XINGJIAN, 2004) e fabular sobre a nossa existência e possibilidades de transformação desse mundo humano, demasiadamente humano.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção – Homo Sacer I*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. *O reino e a glória: uma genealogia da economia e do governo. Homo Sacer II*. Trad. Selvino José Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011a.

AGAMBEN, Giorgio. *Infancia e historia: destrucción de la experiència y origen de la historia*. Trad. Silvio Mattoni. Córdoba, Argentina: Adriana Hidalgo Editora, 2011b.

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha – Homo Sacer III*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. *O que é contemporâneo? E outros ensaios*. Trad. Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó: Argos, 2010.

ANCHIETA, José de. *Auto representado na Festa de São Lourenço*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro – Ministério da Educação e Cultura, 1973, p. 12.

BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1980.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários Escritos*, 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

CASTRO, Viveiros de. Perspectivismo e multinaturalismo na América. In: *A instância da alma selvagem*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CENTRO DE ESTUDOS EUCLIDES DA CUNHA (CEEC/UNEB). *Arqueologia e reconstituição monumental do Parque Estadual de Canudos*. Salvador: UNEB, 2002.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Trad. Theo Santiago, 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Trad. Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1988.

DERRIDA, Jacques. *Posições*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin: uma biografia política*. Trad. Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DUMONT, René. *Les communes populaires rurales chinoises*. Persee: *Revue chientifiques*, vol. 29, nº 4, 1964, p. 380-397. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/polit_0032-342x_1964_num_29_4_2269. Acesso: 5 abr. 2015.

FIORIN, José Luiz, FLORES, Valdir do Nascimento, BARBISAN, Leci Borges (Org.). *Saussure: a invenção da linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2008.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- JAMESON, Fredric. *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Trad. Valter Lellis Siqueira. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- MACEDO, Rogério Fernandes de. *As bases da sinologia ocidental e a construção da sinologia chinesa com Wang Li*. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2021 (tese de doutorado)
- MARX, Karl. *A guerra civil na França*. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.
- SANTOS, Osmar Moreira dos. *A luta desarmada dos subalternos*. Belo Horizonte: Editora Ufm, 2016.
- SANTOS, Osmar Moreira dos. Platô de Crítica Cultural na Bahia: Por um roteiro de trabalho científico transgressor. In: ATAÍDE, Cleber et al. (Org.). *Cartografia GelNE: 20 anos de pesquisas em Linguística e Literatura (vol. II)*. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2019.
- SANTOS, Osmar Moreira dos. *Um banquete antropofágico: violência originária e táticas de negociação cultural emergentes no Brasil*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2020.
- SANTIAGO, Silviano. *O cosmopolitismo do pobre: crítica literária e crítica cultural*. 1. reimpr., Belo Horizonte, Editora UFMG, 2004.
- SAUSURRE, Ferdinand de. *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans les langues indo-européennes*. Leipsick, B. G. Teubner, 1879.

SAUSURRE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Charles Bally e Albert Sechehaye (Org.), colab. Albert Riedlinger. Trad. Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein, 28. ed., São Paulo, Cultrix, 2012.

SCHWARZ, Roberto (Org.). *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 2003.

SLOTERDIJK, Peter. *Regras para o parque humano: uma resposta à carta de Heidegger sobre o humanismo*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

SLOTERDIJK, Peter. *O desprezo das massas: ensaio sobre lutas culturais na sociedade moderna*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. São Paulo: Estação Liberdade, 2002a.

SLOTERDIJK, Peter. *O Quinto “evangelho” de Nietzsche: é possível melhorar a boa nova?* Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

SLOTERDIJK, Peter. *Se a Europa despertar: reflexões sobre o programa de uma potência mundial ao final da era de sua letargia política*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. Campinas: Estação Liberdade, 2002b.

SOUZA, Eneida Maria. *Tempo de Pós-Crítica: ensaios*. São Paulo: Linear B; Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2007.

TROTSKI, Leon. *Literatura e revolução*. Trad. Luiz Alberto Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

XINGJIAN, Gao. *Témoignage de la littérature*. Paris: Seuil, 2004.

Recebido em 20 de novembro de 2022.

Aceito em 15 de dezembro de 2022.